

Calmon admite que expurgo atingirá toda a sociedade

ANTONIO SAMPAIO
Correspondente

Arquivo CB



Calmon de Sá

Salvador — O ex-ministro da Indústria e Comércio, Angelo Calmon de Sá, defendeu a necessidade de o Governo promover um expurgo geral de todos os índices que controlam a economia, inclusive a correção monetária de seus títulos, "sob pena de penalizar a sociedade ainda mais do que ela já está sendo penalizada". Ele concordou que o expurgo provocará o achatamento salarial, mas assinalou que "pior que isto é o alto nível de inflação, que causará mais danos ao assalariado".

Calmon de Sá, que é membro do Conselho Monetário Nacional, já vê resultados positivos para a economia com as medidas do primeiro pacote, como, por exemplo, a queda das taxas de juro, acrescentando que as decisões do CMN visam aumentar as receitas e que o expurgo dos índices objetiva evitar a elevação da inflação, depois da retirada dos subsídios. E explicou:

Se nós transmitirmos a todos os índices o aumento decorrente da retirada dos subsídios, nós vamos, na verdade, acelerar ainda mais o ritmo da inflação. Eu admito que as medidas que o Governo tomará na próxima semana irão sem dúvida alguma diminuir a inflação que está crescente no Brasil.

As taxas reais de juro, ou seja, aquelas que ficam acima da inflação, devem ter uma queda imediata de 10 por cento, devido à redução do Imposto de Operação de Crédito, que caiu de 4,8 para 1,5 por cento, segundo previsão de Calmon de Sá. Ele acredita também que com essa queda vai haver uma maior concorrência entre os bancos, com o tomador tendo oportunidade de ter dinheiro a custo mais baixo em termos reais.

Além disso, na linha das duplicatas — "tão reclamadas, em que se fazia aquele escândalo quanto às taxas cobradas pelos bancos" — houve um consenso entre os banqueiros, conforme o ex-ministro, em que fosse feita uma redução dos descontos "ainda que esse crédito não seja expressivo dentro do total de crédito concedido pelo sistema bancário".

Portanto, na área de juros nós temos uma redução imediata da ordem de 10 por cento. No caso das duplicatas a redução é maior, porque elas têm uma taxa de desconto que equivale à taxa global nominal. Com uma redução de mais ou menos um por cento nos descontos de duplicatas. Em todos os bancos, vamos ter uma redução na

taxa efetiva nominal de mais de 20 por cento.

SEM EXPURGO, NADA FEITO

Um aspecto, porém, Calmon de Sá faz questão de ressaltar: se não houver o expurgo geral, os juros nominais serão mais elevados, porque a taxa de inflação vai subir. "Todas as medidas que já foram tomadas e as que serão anunciadas vão reduzir a pressão de colocação de títulos por parte do Governo" — explica ele. "O Governo vai dispor no orçamento fiscal de recursos para resgatar títulos, como aliás, ele já vem fazendo, só que irá dispor de uma soma maior. E se em cima disso for feito o expurgo, a correção da dívida passa a ser menor. E por isto que defendendo o expurgo, pois se ele não for feito será anulado o efeito positivo do corte da despesa e do aumento da receita, com a consequente elevação da dívida por correção maior".

O que o Governo está pretendendo alcançar com o pacote, para Calmon de Sá, "é o fundamental": o déficit público. Ele considera, inclusive, que o Governo precisa e deve expurgar a correção de seus títulos, afirmando que na reunião do CMN, foi a favor da tributação do OPEN e se diz totalmente a favor do expurgo em cima da Correção Monetária.

E não vejo porque os depositantes em poupança não percam alguma coisa também, quando os assalariados serão atingidos. Se a conta não fecha, como fazer o milagre da multiplicação dos pães? Estamos novamente num risco, de que eventualmente o pacote do Governo não funciona. Mas por quê? Porque começa todo mundo a protestar quando o Governo toma as medidas. Nem saíram as medidas e as pessoas já estão protestando. É necessário que o Governo promova o corte das estatais e o expurgo geral de todos os índices que governam nossa economia.